



# **FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**

## **INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA**

**TEXTO PARA DISCUSSÃO - CEEG Nº 10**

**RADIOGRAFIA DO EMPREGO FORMAL DO BRASIL,  
A PARTIR DA RAIS**

P/IBRE  
CEEG  
TD  
10

10 de Janeiro — Brasil

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA  
CENTRO DE ESTUDOS DE ECONOMIA E GOVERNO**

**Praia de Botafogo, 190, sala 823**

**22253-900 - Rio de Janeiro - RJ**

**Tel.: 536-9163/551-5245**

**TEXTO PARA DISCUSSÃO - CEEG Nº 10**

**RADIOGRAFIA DO EMPREGO FORMAL DO BRASIL,**

**A PARTIR DA RAIS**

199711 179

P/IBRE CEEG TD



1000080926

***Maria Cecília Prates Rodrigues***  
**Versão Preliminar**

**Abril de 1997**

BIBLIOTECA  
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
179/97  
28/11/97

BB-00058510-4

D AC. 46665  
R\$ 10,00 ID 80926

# ÍNDICE

	<u>Página</u>
1. INTRODUÇÃO	1
2. METODOLOGIA	2
2.1 - A RAIS (Mtb)	2
2.2 - O IQEF: Índice de Qualidade do Emprego Formal	4
2.3 - A montagem das tabelas	6
3. OS RESULTADOS	8
3.1 - A qualidade do emprego por atividades/setores	8
3.2 - A Qualidade do Emprego nos Estados/Grandes Regiões	14
3.3 - A qualidade do emprego nas administrações públicas	21
3.4 - A qualidade do emprego nas instituições financeiras	24
3.5 - A qualidade do emprego na construção civil	27
4. CONCLUSÃO	30



# **RADIOGRAFIA DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL, A PARTIR DA RAIS**

**Maria Cecília Prates Rodrigues<sup>1</sup>**

## **1. INTRODUÇÃO**

Por emprego formal, entenda-se aqui o vínculo empregatício devidamente registrado, com carteira assinada e com todos os direitos trabalhistas assegurados pela legislação brasileira. No Brasil, é sabido que os postos de trabalho nesta categoria são em geral tidos como os de melhor qualidade vis-a-vis os empregados sem carteira e os conta-própria (ou autônomos), uma vez que ostentam os mais altos níveis de remuneração, de grau de instrução e as menores taxas de rotatividade.

O objetivo deste trabalho é justamente fazer um diagnóstico deste chamado emprego formal em nosso país a partir das estatísticas da RAIS 93 (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho (MTb). Este diagnóstico terá por base o conceito de qualidade do emprego, que será aqui desenvolvido através da aplicação do IQEF - Índice de Qualidade do Emprego Formal, índice por mim proposto em trabalho anterior<sup>2</sup>. Procuraremos, assim, responder às seguintes questões:

- A qualidade do emprego formal é muito diferenciada entre as atividades?
- Há muita dispersão na qualidade do emprego formal a nível dos diferentes Estados e Grandes Regiões do país?
- Quais os estados que apresentam melhor (pior) qualidade do seu emprego formal? Por quê?
- Para uma determinada atividade, a qualidade do emprego formal se altera sensivelmente em função da Unidade da Federação (UF) onde esteja localizada? Analisaremos aqui as

---

<sup>1</sup>Economista do IBRE/CEEG da Fundação Getúlio Vargas. Gostaria de agradecer os valiosos comentários e sugestões feitos por Ricardo Wyllie (CIDF/SFCPI.AN do RJ e prof. da Universidade Santa Úrsula). Agradecer também ao apoio recebido da equipe do Ministério do Trabalho / SPES / CGIT, em especial a Vera Marina Martins Alves, Ricardo Gomes da Costa, Eduardo Carvalho e Simone Taouk. E agradecer ainda a Simone Rezende (estagiária do CNPQ) por sua colaboração no tratamento dos dados.

<sup>2</sup> Ver Prates Rodrigues, Maria Cecília, "Brasil: Evolução do Emprego Formal Urbano nos Anos 90" in Texto Para Discussão FGV/IBRE/CEEG n° 7, junho 1995.

situações específicas de uma atividade moderna (as instituições financeiras), de uma atividade tradicional (a construção civil) e de uma atividade do setor público como a administração pública.

## 2. METODOLOGIA

Primeiramente, faremos alguns comentários sobre os registros da RAIS, fonte básica deste estudo. Em segundo lugar, desenvolveremos o conceito e a metodologia de cálculo do IQEF, que deverá ser o fio condutor desta análise. E, por último, apresentaremos o roteiro básico seguido para a montagem das tabelas e posterior aplicação do IQEF.

### 2.1 - A RAIS (MTb)

Os empregos formais, doravante aqui denominados apenas por empregos, são aqueles captados pela RAIS do Ministério do Trabalho. Anualmente, devem declarar à RAIS todos os estabelecimentos ou pessoas que, na condição de empregadores, tiveram algum empregado por qualquer período de tempo durante o ano, através de contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) ou pelo Regime Jurídico Único, no caso do funcionalismo público. É nesse sentido que se considera que **a RAIS representa um censo do emprego organizado não-agrícola, com um total de 22,8 milhões de empregos** (última posição segundo a RAIS 93), que chega a corresponder a 32,2% da população economicamente ativa no país e a 35,1% de sua população ocupada. Diz-se “não-agrícola” pois a cobertura da RAIS para a agropecuária ainda é muito limitada, na medida em que, segundo o IBGE (PNAD), apenas 25,9% dos empregos neste setor são tidos como formais.

A RAIS foi criada através do Decreto-Lei 76.900/75 com o objetivo de servir de base para o cálculo do PIS e do PASEP, prestar subsídios ao controle do FGTS e à Previdência Social, além de controlar a nacionalização do trabalho, substituindo a chamada Lei dos 2/3. Atualmente, o principal objetivo da RAIS é viabilizar o pagamento do abono salarial de que trata o artigo 239 da Constituição Federal, ao qual tem direito o trabalhador que preenche os seguintes requisitos: ganhar, no ano-base, menos de dois salários-mínimos mensais, ter trabalhados pelo menos 30 dias nesse período e estar cadastrado no PIS ou PASEP por cinco anos.

Como se vê, as estatísticas da RAIS são registros administrativos, de declaração compulsória, e que foram criadas para fins operativos. Existem vantagens e desvantagens neste tipo de levantamento no que se refere à sua utilização para estudos estruturais sobre o mercado de trabalho brasileiro, a seguir mencionadas algumas pelo próprio MTb:

Vantagens:

- caráter censal dos dados levantados, permitindo a obtenção de informações desagregadas até para os menores domínios geográfico-setoriais e ocupacionais
- grande atualização dos dados ao longo do tempo, dada a sua própria finalidade operativa; embora deva-se reconhecer atualmente um certo atraso nos dados da RAIS por motivos operacionais
- processamento individualizado para as unidades de interesse que o registro reconhece referente à totalidade das variáveis incorporadas no formulário: esta modalidade de processamento permite a adoção de controles de respostas, tratamentos metodológicos diversos e o mais completo aproveitamento dos dados em termos da combinação de atributos entre essas unidades e os cruzamentos possíveis de variáveis
- conteúdos estáveis, homogêneos e completos das variáveis levantadas pelos registros que facilitam o fornecimento dos dados em meios magnéticos e o desenvolvimento de programas computacionais que permitem o acesso aos dados por parte do MTb e de usuários externos

Desvantagens:

- respostas incompletas através da omissão de vínculos ou da ausência de resposta a alguns itens do formulário
- erro de interpretação das instruções ou desinformação por parte do informante, podendo resultar em preenchimento incorreto do formulário
- ocorrência de distorções geográficas e setoriais dos dados em virtude da agregação das declarações por parte de unidades (empresa) quando na verdade deveriam informar separadamente (estabelecimento)
- podem ocorrer ainda erros voluntários na declaração com o objetivo de ocultar informações.

## 2.2 - O IQEF: Índice de Qualidade do Emprego Formal

Uma região ou atividade com uma boa qualidade de emprego implica em ter empregos bem remunerados e equitativamente distribuídos, com um alto grau de instrução de sua mão-de-obra e com um baixo nível de rotatividade.

Ter um emprego formal não é por si só garantia de um emprego de boa qualidade. Como veremos a seguir, esta não é uma categoria homogênea de trabalho no caso brasileiro: ao contrário, existem distinções e peculiaridades que variam ao longo do tempo e segundo a atividade e a região. Como, então, avaliar estas diferenças dentro de um marco conceitual lógico e coerente que viabilize comparações no tempo e no espaço?

É com esta finalidade que pretendo reforçar e ampliar a utilização do IQEF feita anteriormente - naquele primeiro trabalho (1995), o IQEF foi aplicado apenas para setores / subsetores. Deve-se lembrar que o IQEF é um índice composto de índices parciais que visam captar os diversos aspectos envolvidos na descrição da qualidade do emprego formal. Nesta atual versão que ora apresentamos, os índices parciais são derivados das seguintes variáveis:

- Grau de instrução: Percentual dos empregos com pelo menos o 1º grau completo (%)
- Remuneração média mensal (em salários-mínimos)
- Distribuição da Remuneração: Razão entre a participação na remuneração total dos 20% mais bem remunerados e dos 20% mais mal remunerados (vezes)
- Taxa de rotatividade: como *proxy*, utilizou-se aqui o percentual dos empregos com menos de 2 anos no mesmo estabelecimento (%)<sup>3</sup>. Por hipótese, espera-se que haja uma correlação direta entre este percentual e a rotatividade do emprego, entendida como a movimentação de entrada e saída de empregados numa determinada atividade / região.

No que se refere ao grau de instrução, pode-se dizer que o empregado que tenha alcançado primeiro grau completo do ensino formal, pode ser tido como alfabetizado na acepção moderna do termo. Isto porque atualmente só é considerado alfabetizado, do ponto de vista da nova relação capital / trabalho, quem consegue ler e interpretar manuais de instrução, e desta forma, estar apto a realizar múltiplas tarefas no mesmo posto. Até bem pouco tempo atrás, o

---

<sup>3</sup>Outra proxy, inclusive mais utilizada, é a relação entre o número dos admitidos ou dos desligados (o que for menor) e o estoque inicial dos empregos.

alfabetizado era aquele que sabia tão somente escrever seu próprio nome e ler comunicados elementares.

Deve-se lembrar que a metodologia de construção do IQEF é semelhante àquela utilizada pelas Nações Unidas em seu Human Development Index - HDI para medir o grau do desenvolvimento humano entre os países. Assim, os índices parciais refletem a posição relativa do emprego na atividade / região / tempo (ou a combinação entre eles) no tocante a uma das quatro variáveis analisadas, e variam no intervalo entre zero (0) e um (1). Os valores definidos como “0” e “1” são estabelecidos a priori para cada variável: ao pior resultado possível esperado, é atribuído valor igual a “0”, e ao melhor resultado possível é atribuído valor igual a “1”. Os índices parciais para cada variáveis são obtidos, portanto, da interpolação linear entre estes valores-limites. No quadro abaixo, estão apresentados os valores-limites que foram aqui considerados para cada uma das quatro variáveis para a construção dos índices parciais.

Variáveis	Melhor resultado:	Pior resultado:
	Valor = 1	Valor = 0
1. Grau de instrução (%)	100	0
2. Remuneração média (s.m.)	30	1(***)
3. Razão 20%+ / 20%- (vezes)	1(**)	30
4. Taxa de rotatividade (%)	5 (*)	100

(\*) Por hipótese, supõe-se que a taxa de rotatividade aqui considerada abaixo dos 5% deixa também de ter uma conotação positiva, sugerindo um certo envelhecimento nos empregos analisados.

(\*\*) Perfeita igualdade de remuneração

(\*\*\*) Remuneração mínima prevista por lei para a jornada de trabalho

A cada um dos índices parciais é atribuído peso igual na caracterização da qualidade do emprego na atividade / região analisada; daí, o IQEF é obtido através da média aritmética

simples dos 4 índices parciais apurados. O IQEF torna-se, portanto, o indicador-síntese para a avaliação da qualidade do emprego em uma dada região / atividade. Como se vê, a sua grande vantagem reside justamente em poder traduzir em um denominador comum as principais características do emprego de uma dada região / atividade que estão apresentadas em diferentes unidades de medida (em percentual, em salários-mínimos e em vezes), e com isto, viabilizando a comparação da qualidade do emprego entre diferentes áreas, atividades e ao longo do tempo.

Uma vez apurados os IQEFs para as atividades e as UFs, estima-se a dispersão entre os mesmos, buscando avaliar as flutuações na qualidade do emprego entre os estados, as atividades e entre as UFs no contexto de uma mesma atividade. Por indicador de dispersão entre os IQEFs entenda-se o coeficiente de variação (dado em percentual), medido pela razão entre o desvio padrão e a média, calculados ambos para o conjunto dos IQEFs analisados ( $CV = DP/Me$ ).

Deve-se chamar aqui a atenção para uma “fragilidade” desta metodologia do IQEF. A ordenação dos estados / atividades segundo o IQEF pode sofrer algumas variações (não muito significativas, diga-se de passagem), dependendo de alterações que são feitas nos valores-limites tomados como “0” e “1”. Mas, é importante salientar que a relação entre os coeficientes de variação estimados para as UFs e as atividades não se altera. Por exemplo, procedeu-se a um encurtamento nos intervalos considerados para as 4 variáveis; consequentemente, obtivemos um maior coeficiente de variação para os IQEFs estimados tanto para as atividades como para as UFs. No entanto, a relação entre estes coeficientes de variação manteve-se inalterada <sup>4</sup>.

### 2.3 - A montagem das tabelas

O IQEF será aqui construído segundo 5 diferentes cortes: 1º) para cada atividade / setor no país; 2º) para cada UF / Grande Região (GR) do Brasil; 3º) para a administração pública segundo as UFs/ GRs; 4º) para as instituições financeiras segundo as UFs/ GRs; 5º) para a

---

<sup>4</sup>Como veremos, para os limites aqui considerados para as variáveis, o coeficiente de variação para os IQEFs das atividades é de 17,5% e de 6,1% para as UFs (emprego total), o que dá uma razão de 2,8 vezes. Procedemos experimentalmente a um encurtamento nos limites das variáveis: grau de instrução (20% a 100%), remuneração média (2 salários-mínimos a 20 salários-mínimos), distribuição dos rendimentos (18 vezes a 4 vezes), taxa de rotatividade (70% a 5%). Notar que alguns resultados obtidos na RAIS ficariam propositadamente de fora destes intervalos. Neste caso, a dispersão cresce entre os IQEFs: o coeficiente de variação entre os IQEFs das atividades sobe para 28,5% e entre os IQEFs das UFs para 10,1%. No entanto, verifica-se que a relação entre estes novos coeficientes de variação não se alterou, permanecendo em 2,8 vezes.

construção civil segundo as UFs/ GRs. Todos estes cortes têm por base a RAIS 93, a última disponível até o momento deste levantamento (abril 1997).

Para cada um destes cortes (cuja abertura aparece nas linhas das tabelas), procedeu-se à montagem de 4 tabelas-básicas intermediárias para a obtenção dos resultados referentes às 4 variáveis selecionadas, a serem apresentados nas colunas das tabelas 1, 3, 6, 7 e 8. Os dados da RAIS nos foram disponibilizados em cd-rom pelo Ministério do Trabalho. Importante esclarecer que os resultados para cada uma destas variáveis exclui o grupo dos ignorados, por este se referir a categorias não-válidas (ou seja, preenchidas erroneamente no questionário da RAIS). Senão, vejamos:

- A variável “grau de instrução” é definida pela relação entre os empregos com a 8ª série completa + 2º grau incompleto ou completo + superior incompleto ou completo e o total dos empregos, do qual se excluem os empregos de faixa de instrução ignorada
- A variável “remuneração média” é obtida diretamente da tabulação (no cd-rom) feita por faixas de remuneração, sendo excluída a faixa de remuneração ignorada. Refere-se à remuneração média total.
- A obtenção da variável de “distribuição” é um pouco mais complicada e trabalhosa, devendo ser seguidos os seguintes passos: 1º) na tabulação do cd-rom, a variável remuneração média (onde a faixa de remuneração ignorada deve ser excluída) é selecionada juntamente com a variável de conteúdo (rem media piso); 2º) Feita a tabulação, clica-se no botão “mostra a distribuição da variável de conteúdo” e, então, para cada resultado de remuneração média total são apresentados 5 gráficos de distribuição, sendo selecionado o de “valores acumulados (%) X frequências acumuladas” (%): aí estão dispostos os resultados para os percentis dos valores (rendimentos) acumulados; 3º) Como o nosso interesse diz respeito ao cálculo da frequência acumulada (20%+ e 20%-) e não aos valores acumulados, os resultados não são imediatos: tivemos que anotar as frequências naquelas vizinhanças, e daí, por interpolação linear, chegarmos por aproximação aos resultados desejados; 4º) A razão é obtida da divisão entre a participação na remuneração total dos 20% mais bem remunerados e a dos 20% menos bem remunerados.

Fica, portanto, aqui a nossa sugestão para posteriores desdobramentos do SGT - Sistema de Geração de Tabelas para acessar as bases de dados da RAIS: que no gráfico



com as frequências acumuladas X valores acumulados, estejam também disponíveis os percentis referentes às frequências acumuladas.

- A variável “taxa de rotatividade” considera a somatória dos empregos alocados nas faixas de tempo de serviço de até 2,9 meses + de 3 a 5,9 meses + de 6 a 11,9 meses + de 1 a 1,9 anos em relação ao total dos empregos, do qual são excluídos os empregos na faixa de tempo de serviço ignorado.

Com base nos resultados obtidos para cada uma das 4 variáveis, foram calculados os respectivos índices parciais, a partir dos valores-limites definidos anteriormente. O IQEF deriva, portanto, da média aritmética simples destes índices parciais estimados.

### **3. OS RESULTADOS:**

#### **3.1 - A qualidade do emprego por atividades / setores**

Quando se analisa a situação do emprego formal na média do país, constata-se que pouco mais da metade dos empregados têm o 1º grau completo (55,3%), o rendimento médio é de apenas 4,9 salários-mínimos sendo que os 20% mais bem remunerados chegam a ganhar 12,1 vezes mais do que os 20% mais mal remunerados, e 39,4% dos empregados estão há menos de 2 anos nos seus atuais serviços. Resumindo, podemos dizer que a “nata” dos empregados no Brasil, os chamados empregados formais, são pouco qualificados, ganham pouco, estão sempre trocando de emprego e, como se não bastasse, há uma desigualdade de salários muito grande entre eles. O IQEF de 0,486 sintetiza, portanto, a situação do emprego formal na média do Brasil.

Mas, a nível das atividades / setores, existem situações díspares em torno desta média, e passaremos a comentar algumas (ver tabela 1).

Na construção civil, a taxa de rotatividade (70,2%) chega a ser quase 7 vezes maior do que nos serviços industriais de utilidade pública (10,4%), que é um setor misto em termos da propriedade do capital (público e privado) e que trata da produção e distribuição de energia

Tabela 1

## Brasil: Estimativa do Índice de Qualidade do Emprego Formal - IQEF por setor / atividade

Setores / atividades:	Indicadores (**)				IQEF
	Empregos com pelo menos o 1º grau completo (%)	Remuneração média (s.m.)	Razão 20%+ / 20%- (vezes) (*)	% dos empregos com menos de 2 anos no mesmo estabelecimento	
EXTR MINERAL	39,5	7,12	14,5	31,0	0,466
IND TRANSF					
IND N METAL	30,5	4,31	10,8	43,7	0,418
IND METAL	41,2	6,63	8,7	33,7	0,510
IND MECANICA	50,8	7,00	8,9	37,4	0,525
IND ELET/COM	59,2	7,79	10,4	34,4	0,548
IND TRANSP	47,4	10,16	8,2	23,3	0,587
IND MADEIRA	20,1	2,39	5,0	56,7	0,392
IND MOBILIAR	33,6	2,68	5,2	58,0	0,423
IND PAPEL	44,5	7,09	11,3	30,8	0,508
IND BORRACHA	37,2	6,05	8,7	37,8	0,484
IND COUR/PEL	25,9	2,98	4,9	50,0	0,430
IND QUIMICA	59,7	9,99	13,2	28,4	0,560
IND FARM/VET	69,2	8,68	13,0	33,4	0,561
IND PERF/SAB	51,3	5,95	12,1	42,4	0,477
IND PLASTICO	40,7	4,74	7,4	48,1	0,465
IND TEXTIL	32,2	4,18	6,1	36,5	0,481
IND VES/CALC	33,6	2,51	4,5	60,8	0,420
IND ALIMENTO	28,9	3,58	8,2	45,1	0,427
IND BEBIDAS	36,8	4,54	8,1	41,8	0,464
IND FUMO	57,1	8,99	13,5	32,3	0,532
IND EDT/GRAF	63,0	5,70	10,9	42,0	0,516
IND DIVERSAS	50,9	4,99	9,8	45,4	0,480
Total	40,2	5,31	10,6	42,4	0,457
SERV IND UP	64,0	12,09	10,3	10,4	0,661
CONSTR CIVIL	24,8	3,71	6,9	70,2	0,363
COMERCIO					
COM VAREJO	59,0	2,68	5,5	57,0	0,486
COM ATACADO	56,0	4,17	9,3	54,7	0,465
Total	58,4	2,99	6,6	56,5	0,480
SERVICOS					
INST FINANC	94,8	14,92	9,0	14,3	0,764
COM/ADM IMOV	43,1	3,78	9,6	56,9	0,421
SER TRANSP	36,0	4,96	6,9	39,8	0,482
SER COMUNIC	81,4	10,96	7,0	13,0	0,716
SER ALOJ/ALM	37,5	2,14	4,0	60,9	0,430
SER REP/MANT	43,7	3,33	7,7	51,5	0,449
SER PESSOAIS	32,9	2,23	4,8	62,8	0,408
SER DOMICIL	21,4	2,76	4,2	51,0	0,420
SER DIVERSAO	75,9	5,46	15,3	45,0	0,499
SER TEC/PROF	71,8	5,65	15,9	51,0	0,470
SER AUXILIAR	51,8	5,05	10,7	52,7	0,455
SER SOCIAIS	65,2	4,79	10,6	32,4	0,541
SER MED/ODON	69,6	3,56	7,1	41,2	0,548
SER ENSINO	84,9	4,37	11,4	34,4	0,574
Total	57,3	5,69	13,5	41,9	0,479
ADM PUBLICA	72,7	4,50	11,2	16,0	0,595
AGROPECUARIA					
AGR CR ANIM	13,5	2,25	4,9	52,7	0,385
EXTR VEGETAL	16,5	2,60	5,9	49,6	0,396
PESCA E AQUIC	18,6	2,26	4,7	70,0	0,355
Total	13,6	2,26	4,9	52,9	0,385
ATIV N ESPEC	62,6	5,05	11,0	41,1	0,510
IGNORADO	21,9	2,21	6,1	52,1	0,397
Total - ignorado	55,3	4,92	12,1	39,4	0,486

Fonte: RAIS 93

(\*) Razão entre a participação no rendimento total de cada setor / atividade dos 20% mais bem remunerados e dos 20% mais mal remunerados.

(\*\*) Exclui o grupo dos ignorados das variáveis consideradas.

elétrica, distribuição de gás canalizado, captação e tratamento de água potável e do esgoto sanitário, e da limpeza urbana.

Da observação da tabela 1, constata-se que, de modo geral, nas atividades onde a remuneração média é baixa tende a corresponder um perfil mais equitativo dos salários: tal é o caso da indústria de vestuário e de calçados (rendimento médio de 2,5 salários-mínimos e razão de apenas 4,5 vezes), de madeira, de mobiliário; dos serviços de alojamento e alimentação, pessoais e domiciliares; do comércio varejista (2,7 salários-mínimos e 5,5 vezes); e da construção civil.

Porém, esta não é uma correlação tão imediata no sentido de que <sup>todas as</sup> atividades com baixo nível de remuneração média ~~tendem~~ <sup>exibem</sup> distribuição de renda mais equitativa. Basta ver que as instituições financeiras e os serviços de comercialização e administração de imóveis e valores mobiliários apresentam distribuição de rendimentos no mesmo patamar (9 vezes), e no entanto, o rendimento médio da primeira (14,9 s.m.) chega a ser o quádruplo da segunda (3,7 s.m.). Por outro lado, é a atividade dos serviços técnico-profissionais com rendimento médio relativamente baixo (5,6 salários-mínimos, ou seja pouco acima da média / Brasil) que detém o pior indicador de distribuição (15,9 vezes).

A decomposição destas atividades em suas subatividades pode explicar em parte estes números de distribuição de renda. Assim, a comercialização de imóveis e valores mobiliários engloba, de modo geral, profissionais de níveis inferiores de renda (do tipo corretores de imóveis, vendedores de loterias, de consórcios, etc..) à daqueles nas instituições financeiras. Quanto à atividade dos serviços técnico-profissionais é a convivência dos muito bem-remunerados profissionais desta área (serviços jurídicos, de assessoria, de publicidade, de engenharia, de auditoria, etc...) com os bem menos remunerados despachantes e pessoal de apoio que justifica esta maior disparidade.

Quando se considera a ocupação como um todo no país, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (PNAD / IBGE) aponta para uma superioridade nítida dos postos de trabalho na indústria vis-a-vis os serviços e o comércio: naquele primeiro setor, a taxa de informalidade é bem menor, o grau de instrução é mais elevado, as remunerações são maiores e a rotatividade do emprego é muito menor. Porém, tal não ocorre quando se trata do emprego formal: **é curioso constatar que a qualidade do emprego nestes tres setores é bastante semelhante, a julgar pelos seus respectivos IQEFs, de 0,457 na indústria, de**

**0,480 no comércio e de 0,479 nos serviços (inclusive com uma ligeira inferioridade da indústria).**

Por sua vez, o setor serviços apresenta uma disparidade na qualidade do emprego de suas atividades muito maior que a indústria. Basta ver que convivem naquele primeiro setor tanto atividades com mão-de-obra altamente qualificada como as instituições financeiras (IQEF=0,764) e os serviços de comunicação (IQEF=0,716), como atividades pouco qualificadas como os serviços pessoais (IQEF=0,408) e domiciliares (0,420). Na indústria, esta dispersão também existe, mas é bem menor, indo da indústria de material de transporte (IQEF=0,587) até a indústria da madeira (IQEF=0,392).

De modo geral, pode-se dizer que a indústria remunera melhor do que o setor serviços em se tratando de pessoas com grau de instrução equivalente. A situação extrema é o caso da atividade de ensino (de 1º, 2º e 3º graus tanto da rede privada como pública) que apresenta nível de rendimento médio semelhante ao da indústria de minerais não-metálicos (telhas, vidro, cimento, cal, etc..), ou seja em torno de 4,3 salários-mínimos e com indicadores semelhantes de distribuição de renda - no entanto, o grau de qualificação da mão-de-obra do ensino é muito superior ao daquele segmento da indústria, bastando ver que o percentual dos empregos com pelo menos o 1º grau completo no ensino chega a 85% contra apenas 30% nos minerais não-metálicos.

Porém, a nível do próprio setor de serviços, este tipo de discrepância salarial também pode ser percebido. Basta ver que a remuneração média é muito mais elevada e bem distribuída nos serviços de comunicação (11 salários-mínimos e razão de 7 vezes) do que no ensino (4,4 s.m. e razão de 11,4 vezes), muito embora ambos tenham níveis de instrução bem próximos - sendo, inclusive, ligeiramente superior no ensino.

Tendo por base a ordem decrescente dos seus respectivos IQEFs, as atividades foram reunidas em 4 grupos (na medida do possível, com o mesmo número de atividades em cada um), sendo o 1º grupo aquele que reúne as atividades de melhor qualidade do emprego e o 4º grupo aquele com as atividades de pior qualidade do emprego - ver tabela 2. As instituições financeiras (IQEF=0,764) detêm o primeiro lugar nesta ordenação, cabendo os últimos lugares à construção civil (IQEF=0,363) e à pesca e aquicultura (IQEF=0,355).

**A administração pública (IQEF=0,595) encontra-se neste 1º grupo, tendo contribuído para isto o seu elevado grau de instrução e a sua baixa taxa de rotatividade.**

Tabela 2

Brasil: Os 4 grupos de atividades classificados segundo seus respectivos IQEFs

Atividades / setores:	IQEF	Participação do emprego formal por setor/atividade no emprego formal total do país
<b>POR ATIVIDADE:</b>		
<b>1º grupo:</b>	<b>0,605 (*)</b>	<b>35,5 (**)</b>
INST FINANC	0,764	3,1
SER COMUNIC	0,716	0,8
SERV IND UP	0,661	1,4
ADM PUBLICA	0,595	19,9
IND TRANSP	0,587	1,5
SER ENSINO	0,574	0,8
IND FARM/VET	0,561	0,3
IND QUIMICA	0,560	0,9
IND ELET/COM	0,5484	1,0
SER MED/ODON	0,5481	2,0
SER SOCIAIS	0,541	4,0
<b>2º grupo:</b>	<b>0,503 (*)</b>	<b>32,0 (**)</b>
IND FUMO	0,532	0,1
IND MECANICA	0,525	1,3
IND EDT/GRAF	0,516	0,7
ATIV N ESPEC	0,5104	12,5
IND METAL	0,5098	2,1
IND PAPEL	0,508	0,4
SER DIVERSAO	0,499	0,4
COM VAREJO	0,486	9,5
IND BORRACHA	0,484	0,3
SER TRANSP	0,482	3,3
IND TEXTIL	0,481	1,3
<b>3º grupo:</b>	<b>0,457 (*)</b>	<b>17,4 (**)</b>
IND DIVERSAS	0,480	0,7
IND PERF/SAB	0,477	0,2
SER TEC/PROF	0,470	1,6
EXTR MINERAL	0,466	0,5
IND PLASTICO	0,4652	0,7
COM ATACADO	0,4650	2,5
IND BEBIDAS	0,464	0,6
SER AUXILIAR	0,455	4,8
SER REP/MANT	0,449	0,6
SER ALOJ/ALM	0,4303	2,0
IND COUR/PEL	0,4301	0,2
IND ALIMENTO	0,427	2,9
<b>4º grupo:</b>	<b>0,400 (*)</b>	<b>15,1 (**)</b>
IND MOBILIAR	0,423	0,6
COM/ADM IMOV	0,421	0,8
IND VES/CALC	0,4201	2,9
SER DOMICIL	0,4198	1,7
IND N METAL	0,418	1,1
SER PESSOAIS	0,408	1,0
EXTR VEGETAL	0,396	0,0
IND MADEIRA	0,392	0,8
AGR CR ANIM	0,385	2,1
CONSTR CIVIL	0,363	3,9
PESCA E AQUIC	0,355	0,0
<b>POR SETOR</b>		
SERV IND UP	0,661	1,4
ADM. PUBLICA	0,595	19,9
ATIV N ESPEC	0,510	12,5
COMERCIO	0,480	12,0
SERVIÇOS	0,479	26,8
EXTR MINERAL	0,466	0,5
IND. TRANSF	0,457	20,9
AGROPECUARIA	0,385	2,2
CONSTR CIVIL	0,363	3,9
<b>Total - ativ. ignoradas</b>	<b>0,486</b>	<b>100,0</b>

Fonte: RAIS 93

Nota: IQEF/atividades: Média = 0,490; Desvio padrão = 0,085;

Coeficiente de variação = 17,37%.

IQEF/setor: Média = 0,488; Desvio padrão = 0,093;

Coeficiente de variação = 19,11%.

(\*) Média simples do grupo

(\*\*) Somatório do grupo

**Deve-se atentar para a grande participação do emprego deste setor no emprego formal do país (19,9%), nível bem próximo ao emprego da indústria como um todo (20,8%). Notar ainda que segundo a PNAD 93 / IBGE, quando se considera a ocupação como um todo no país, este percentual é de apenas 4,5%. Se as administrações públicas fossem retiradas deste 1º grupo, ele passaria a absorver apenas 15,6% do emprego total do país (e não mais 35,5%), ou seja, patamar semelhante aos 3º e 4º grupos.**

No 2º grupo, tido como o de atividades de média qualidade do emprego, estão o comércio varejista e as chamadas atividades não especificadas, ambas com peso relevante na geração do emprego no país (respectivamente de 9,5% e 12,5%). Por atividades não especificadas entenda-se aquelas que não se enquadram nas categorias previstas pelo Ministério do Trabalho - urge, portanto, se redefinir o sistema de código de atividades adotado pelo MTb de modo a adequá-lo às novas atividades que vão surgindo, uma vez que uma parte ponderável do emprego formal é alocado nestas atividades e, cuja análise, acaba sendo bastante prejudicada.

Como podemos ver, a metodologia do IQEF é bastante interessante na medida em que possibilitou esta sistematização dos indicadores de qualidade do emprego por atividades e a alocação destas em 4 grupos segundo seus respectivos IQEFs. De certa forma, estes grupos traduzem o que “intuitivamente” éramos capazes de perceber: a qualidade do emprego formal é bastante superior em atividades como instituições financeiras ou a indústria de material de transporte ou mesmo as administrações públicas (no 1º grupo) do que em atividades como a construção civil ou a indústria de vestuário e calçados ou ainda os serviços domiciliares (4º grupo).

Como avaliar a dispersão da qualidade do emprego a nível das atividades do país? Do conjunto dos IQEFs estimados para as atividades (tabela 2), calculamos a sua média (0,490) e o desvio-padrão (0,085), sendo a razão entre este segundo e o primeiro igual 17,4% que é o coeficiente de variação e é tido como a medida de dispersão entre os IQEFs estimados para as atividades.

### 3.2 - A qualidade do emprego nos Estados / Grandes Regiões

De modo geral, quando se analisa o desenvolvimento econômico e social a nível dos estados brasileiros, é tão flagrante a superioridade do Sul / Sudeste vis-a-vis o Norte / Nordeste que o economista Edmar Bacha muito apropriadamente apelidou esta realidade brasileira de *Belíndia*, ou seja, a desenvolvida Bélgica convivendo em um mesmo país com a atrasada Índia. **No entanto, tal não ocorre quando se trata do emprego formal: há um equilíbrio muito grande na qualidade do emprego entre as regiões do país, chegando, inclusive, as condições do emprego no Nordeste e no Norte a serem ligeiramente melhores do que aquelas do Sul e do Sudeste.**

Como entender este aparente contra-senso?

Primeiramente, vejamos os dados para depois tentar entendê-los. Com efeito, da aplicação da metodologia do IQEF para o total do emprego em cada UF / grande região (onde são consideradas todas as atividades menos as ignoradas<sup>5</sup>), constata-se que os IQEFs estimados para o Nordeste (0,523) e o Norte (0,518) chegam a ser mais elevados do que aqueles para o Sul e o Sudeste (0,491) - ver tabela 3.

A situação chega a parecer mais absurda quando se verifica que no estado do Piauí (IQEF=0,565), a qualidade do emprego formal é ainda melhor do que no estado de São Paulo, a julgar pelos seus correspondentes IQEFs (respectivamente 0,565 contra 0,498). Com efeito, no Piauí é patente a sua superioridade no que se refere ao grau de instrução dos seus empregados com carteira (65,3% contra 52,4%) e a sua taxa de rotatividade (20,4% contra 42,7% em São Paulo).

Como foi feito para as atividades, também aqui podem ser formados 4 grupos de estados segundo a performance dos seus respectivos IQEFs - ver tabela 4. O Distrito Federal (IQEF=0,569) encabeça o 1º grupo, o dos estados de melhor qualidade do emprego. O Mato Grosso (IQEF=0,467) vem na rabeira do 4º grupo, o dos estados de pior qualidade do emprego.

O grau de dispersão entre os IQEFs estimados para as UFs é de 6,1%, obtido pela razão entre a sua média (0,515) e o desvio-padrão (0,031). **Fica claro, portanto, que quando se**

---

<sup>5</sup> São consideradas "ignoradas" as atividades declaradas que não estão previstas no conjunto das categorias válidas. Difere, portanto, das atividades classificadas como "não especificadas" que são aquelas categorias válidas porém que não se enquadram nas categorias previstas pela classificação do IBGE.



Tabela 3

## Estimativa do Índice de Qualidade do Emprego Formal - IQEF por Unidades da Federação / Grandes Regiões

Unidades da Federação / Grandes Regiões		INDICADORES (*):			IQEF
		Percentual dos empregados com pelo menos o 1º gr.completo	Remuneração Média (s.m.)	Razão 20%+ / 20%- (vezes)	
NORTE					
	RO	57,5	4,1	9,9	0,524
	AC	61,0	3,7	10,2	0,538
	AM	68,7	4,3	9,1	0,547
	RR	63,7	5,6	9,9	0,563
	PA	60,4	4,1	10,7	0,504
	AP	65,9	4,6	10,5	0,543
	TO	53,4	3,5	9,1	0,479
	Total	62,0	4,1	10,3	0,518
NORDESTE					
	MA	68,4	3,6	10,0	0,569
	PI	65,3	3,3	10,0	0,565
	CE	58,4	3,6	10,9	0,515
	RN	62,3	3,6	10,2	0,548
	PB	56,8	3,8	11,6	0,528
	PE	56,9	3,9	10,4	0,515
	AL	52,8	3,5	10,1	0,521
	SE	57,1	3,9	11,2	0,512
	BA	58,7	4,3	12,1	0,504
	Total	58,8	3,9	10,8	0,523
SUDESTE					
	MG	49,0	4,2	10,9	0,469
	ES	53,8	4,2	10,7	0,482
	RJ	61,4	5,4	12,4	0,510
	SP	52,4	5,7	9,6	0,498
	Total	53,8	5,3	11,0	0,491
SUL					
	PR	53,7	4,1	10,6	0,474
	SC	53,5	4,3	8,0	0,503
	RS	53,3	4,6	8,7	0,497
	Total	53,5	4,4	9,1	0,491
CENTRO-OESTE					
	MT	50,3	4,0	10,3	0,467
	MS	53,6	3,8	9,7	0,479
	GO	54,0	3,8	9,9	0,492
	DF	75,2	8,5	13,7	0,569
	Total	61,9	5,7	15,0	0,487
IGNORADO					
	IGNORADO	12,1	1,3	2,4	0,396
	Total	12,1	1,3	2,4	0,396
	Total	55,4	4,9	12,1	0,486

Fonte: RAIS 93

Nota: Considerado o emprego em todas as atividades, salvo as ignoradas.

(\*) Exclui o grupo dos ignorados das variáveis consideradas.

Tabela 4

Os 4 grupos de UFs e as Grandes Regiões: respectivos IQEFs e a representatividade do emprego formal

REPRESENTATIVIDADE DO EMPREGO CAPTADO PELO MTb NA OCUPAÇÃO DA UF / REGIÃO										
GRUPOS:	IQEF	Taxa de informalidade do emprego (1)	COMPOSIÇÃO DA OCUPAÇÃO (%) (*)					Empregados formais na População Ocupada de cada UF / Região (%) (6)		
			Empregados domésticos	Conta-própria	Empregador	Não-remunerados (3)	Trab. p/ próprio consumo (4)	Trab.constr. p/ próprio uso (5)		
Por UF										
1º grupo	0,558 (2)									
DF	0,569	19,8	68,5	10,0	14,1	3,5	2,9	0,8	0,2	54,9
MA	0,569	54,9	26,9	5,6	40,5	1,9	18,7	6,1	0,2	12,1
PI	0,565	46,7	30,6	4,9	30,1	3,5	22,1	8,6	0,3	16,3
RR	0,563	37,1	67,4	5,6	20,4	3,1	1,0	2,5	0,0	42,3 (7)
RN	0,548	47,4	54,1	7,4	23,7	1,8	9,3	3,4	0,3	28,5
AM	0,547	32,9	56,2	7,2	24,5	1,8	7,2	2,5	0,6	37,7 (7)
AP	0,543	35,5	68,9	5,6	16,7	3,7	3,3	1,9	0,0	44,4 (7)
2º grupo	0,522 (2)									
AC	0,538	30,2	64,0	8,0	19,9	4,2	2,4	1,5	0,0	44,6 (7)
PB	0,528	50,5	40,3	6,1	27,1	2,5	21,4	2,7	0,0	19,9
RO	0,524	37,2	61,9	6,9	17,8	3,8	4,4	5,2	0,0	38,9 (7)
AL	0,521	42,1	52,3	5,0	22,4	2,0	11,7	6,7	0,0	30,2
CE	0,515	56,3	42,8	5,9	26,6	2,5	13,7	8,3	0,3	18,7
PE	0,515	44,9	45,7	6,2	25,6	2,5	14,8	5,1	0,1	25,2
SE	0,512	46,4	52,7	6,0	21,1	3,9	12,4	3,8	0,1	28,2
3º grupo	0,501 (2)									
RJ	0,510	21,1	63,5	9,5	20,3	3,5	2,0	1,1	0,1	50,1
PA	0,504	44,8	47,4	7,6	28,2	4,0	8,7	3,9	0,2	26,1 (7)
BA	0,504	51,5	41,4	5,3	25,7	2,2	19,5	5,8	0,2	20,1
SC	0,503	19,9	49,8	4,2	20,0	2,8	17,7	5,4	0,1	39,8
SP	0,498	20,9	65,8	7,3	16,8	4,4	4,1	1,4	0,2	52,1
RS	0,497	20,3	46,6	6,3	21,5	3,8	13,7	7,8	0,3	37,2
GO	0,492	49,0	52,0	9,0	19,4	5,2	7,2	6,9	0,2	26,5
4º grupo	0,475 (2)									
ES	0,482	40,1	50,5	5,9	19,1	3,7	15,1	5,6	0,2	30,2
MS	0,479	36,7	53,9	8,2	17,7	4,7	8,5	6,8	0,3	34,1
TO	0,479	64,8	47,5	8,2	22,4	2,3	9,1	10,3	0,3	16,7 (7)
PR	0,474	32,0	49,5	7,0	20,0	3,9	14,5	4,8	0,2	33,7
MG	0,469	39,2	51,8	7,8	19,9	4,2	7,7	8,4	0,3	31,5
MT	0,467	48,2	49,1	6,6	20,8	4,3	13,0	6,1	0,1	25,4
Por Grande Região										
Nordeste	0,523	49,9	41,3	5,7	27,6	2,4	16,9	5,9	0,2	20,7
Norte	0,518	42,6	52,8	7,5	24,3	3,2	7,3	4,6	0,2	30,3 (7)
Sul	0,491	24,6	48,3	6,1	20,7	3,6	14,8	6,2	0,2	36,4
Sudeste	0,4907	25,8	61,0	7,8	18,4	4,2	5,1	3,4	0,2	45,2
Centro-Oeste	0,487	40,9	54,2	8,5	18,6	4,6	8,1	5,8	0,2	32,0
Brasil	0,486	32,8	52,3	6,9	21,8	3,5	10,6	4,8	0,2	35,1

Fonte: MTb/RAIS 93; IBGE/PNAD 93.

Nota 1: Considerado o emprego em todas as atividades, salvo as ignoradas.

Nota 2: IQEF/UFs: Média = 0,515; Desvio-padrão = 0,031; Coeficiente de variação = 6,09%.

(\*) Para fechar os 100%, estão incluídos os ocupados sem declaração.

(1) Percentual dos empregados sem carteira informais no total da População Empregada por UF (exclui os trabalhadores domésticos).

(2) Média simples do grupo de UFs.

(3) Pessoa que trabalha para o mercado sem remuneração, durante pelo menos 1 hora na semana, em ajuda a algum membro do domicílio. Inclui também aqueles que trabalham como aprendizes ou estagiários ou em ajuda a alguma instituição beneficente.

(4) Pessoa que trabalha, durante pelo menos 1 hora na semana, na produção de bens para a própria alimentação.

(5) Pessoas que trabalham, durante pelo menos 1 hora, na construção para o próprio uso ou de membro do domicílio.

(6) Corresponde ao complemento da "taxa de informalidade do emprego" multiplicado pelo percentual dos empregados na população ocupada.

(7) Valores superestimados pois a PNAD ainda não pesquisa as áreas rurais dos estados da região Norte.

**trata de qualidade do emprego a nível das UFs, a dispersão na performance dos indicadores é bem menor vis-a-vis àquela constatada para as atividades.** Mesmo com esta atenuante, segue sendo ainda muito surpreendente a constatação de que todos os estados no 1º e no 2º grupos pertencem às regiões Norte e Nordeste, a menos do Distrito Federal. A maioria dos estados do Sul e do Sudeste estão relegados ao 3º grupo. Já no 4º grupo estão os estados do Centro-Oeste (MT e MS), junto aos do Sul (PR), do Sudeste (MG e ES) e do Norte (TO) que não conseguiram se classificar nos grupos de melhor qualidade do emprego.

Voltando à questão anterior, pergunta-se: como entender que em termos de qualidade do emprego, o Piauí e o Maranhão estejam no 1º grupo, enquanto São Paulo está no 3º grupo e Paraná no 4º grupo?

**A hipótese aqui levantada é a de que é muito pequeno o peso do emprego formal nestes estados do 1º e do 2º grupos, no sentido de que dentre a população aí ocupada, poucos conseguem ascender à condição de formais. E, os que o fazem, representam de certa forma uma elite de trabalhadores, em termos de grau de instrução, de salários e de estabilidade no emprego.** Com efeito, a tabela 4 é bastante elucidativa neste sentido. Primeiro, com base nos dados da PNAD 93 (IBGE) constatamos que de modo geral os níveis de informalidade do emprego são bem mais elevados nos estados do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste do que naqueles do Sul e do Sudeste. Por taxa de informalidade entenda-se aqui os empregados sem-carteira informais<sup>6</sup> como percentual do total dos empregados. Notar, por exemplo, que esta taxa é de 49,9% na região Nordeste contra apenas 24,6% no Sul.

Em segundo lugar, observe-se que a categoria dos empregados tem um peso relativamente pequeno na população ocupada da maioria dos estados do Nordeste: a razão é que aí ganham destaque as categorias dos conta-própria e dos não-remunerados, normalmente tidas como aquelas de piores condições de trabalho. A título de ilustração, veja-se que o percentual dos empregados na população ocupada do Maranhão é de apenas 26,9, saltando para 18,7 o percentual dos não-remunerados e para 40,5 o dos conta-própria (no Rio de Janeiro, estas taxas são de respectivamente 63,5; 2; e 20,3).

Fazendo um parantêses, é importante entender porque os percentuais dos empregados nas UFs do Norte são relativamente elevados, contrastando, portanto, com aqueles observados

---

<sup>6</sup>Cabe observar que o funcionário público no regime jurídico único é um sem-carteira, porém não é considerado um trabalhador informal.

para o Nordeste. A razão é que a pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD) do IBGE não cobre ainda as áreas rurais da região Norte e, como se sabe, é justamente nas áreas rurais que tendem a ser mais elevadas as participações das categorias dos não-remunerados, dos conta-própria e dos trabalhadores na produção para o próprio consumo. A este respeito, veja-se, por exemplo, que no Piauí, a participação dos não-remunerados chega a 22,1% e a dos trabalhadores para o próprio consumo a 8,6%, enquanto em Roraima, estes valores são respectivamente de apenas 1% e 2,5%.

Aplicando-se o complemento da taxa de informalidade do emprego (por consequência a taxa de formalidade do emprego) sobre a participação dos empregados na população ocupada de cada UF / grande região, temos uma aproximação da representatividade dos resultados apurados pelo Ministério do Trabalho na realidade do mercado de trabalho de cada UF / grande região - ver ainda a tabela 4. Assim, constatamos que, de modo geral, a representatividade do emprego formal no cômputo da ocupação total é bem menor naqueles estados do Nordeste do que nos do Sul e do Sudeste. Basta ver que esta taxa de representatividade do emprego formal é de apenas 12,1% no Maranhão e de 16,3% no Piauí, chegando a 54,9% no Distrito Federal, a 52,1% em São Paulo e a 50,1% no Rio de Janeiro. **Em outras palavras, isto significa que as estatísticas do MTb refletem apenas 12,1% da situação do mercado de trabalho no Maranhão contra uma cobertura que chega a 54,9% da realidade da mão-de-obra no Distrito Federal - na média do país esta cobertura equivale a 35,1%.**

Enfim, a nossa hipótese é de que com exceção do Distrito Federal, a representatividade do emprego formal é muito baixa nestes estados classificados no 1º e 2º grupos. No cômputo da ocupação total, ela é de 20,7% no Nordeste e de 30,3% no Norte - é importante reforçar o fato de que esta última taxa seria certamente bem menor se fossem aí incluídas a mão-de-obra rural. Já no Sudeste, a representatividade do emprego formal salta para 45,2%.

No entanto, o aparente contra-senso não se desfaz ainda com base nesta explicação da taxa de representatividade do emprego formal diferenciada por UF. Os estados do Sul têm taxa de representatividade do emprego formal relativamente baixa (36,4% na média da região), e nem por isto seus estados estão incluídos no 1º e 2º grupos das UFs. Só para exemplificar este ponto, veja-se que estados com taxas de representatividade semelhantes, como é o caso de Alagoas e do Espírito Santo (percentual de 30,2%), podem apresentar resultados diferentes no que se refere à sua qualidade do emprego formal: o IQEF estimado para Alagoas

(0,521) é mais elevado do que aquele para o estado capixaba (0,482). Ou seja, resta indagar sobre o porquê desta superioridade do IQEF para Alagoas, estado sabidamente conhecido por suas péssimas condições sociais, apesar de apresentar taxa de representatividade do emprego formal no mesmo nível do Espírito Santo.

A tabela 5 mostra para cada UF / grande região a composição dos seus empregos formais segundo os grupos de atividades, construídos no <sup>item</sup> anterior. **Podemos afirmar que, de modo geral, existe correlação direta entre a qualidade dos empregos nas UFs e o percentual dos seus empregos alocados no do 1º grupo de atividades.** Assim, as UFs com melhor qualidade do emprego tendem a ser aquelas com maior concentração dos seus empregos nas atividades do 1º grupo, e vice-versa. Indo do 1º para o 4º grupo de UFs, cai sensivelmente a participação dos empregos alocados no 1º grupo de atividades, de 58,1% para 29,6%. Assim, por exemplo, o Piauí detém 64,8% dos seus empregos no 1º grupo de atividades, enquanto São Paulo apenas 32%. Ou seja, há uma distribuição mais equilibrada dos empregos segundo os grupos de atividades em São Paulo do que no Piauí, onde fica evidente uma predominância marcante do emprego nas atividades do 1º grupo.

Particularmente, no caso de Alagoas e do Espírito Santo, veja-se que o percentual dos empregos alocados no 1º grupo de atividades, tido como o de melhor qualidade dos seus postos, é de 51% naquele estado nordestino, caindo para 35,9% no Espírito Santo, o que evidentemente corrobora para a superioridade do IQEF para Alagoas, conforme comentado anteriormente.

Desta constatação, decorre a seguinte indagação: **como explicar que nos estados do Nordeste haja esta predominância do emprego nas atividades do 1º grupo, ou seja justamente naquelas de melhor qualidade do emprego?**

**Certamente uma razão forte para isto é o peso que as administrações públicas detêm no emprego destas UFs alocadas nos dois primeiros grupos.** Conforme se pode constatar na tabela 5, esta participação chega a 49,2% no Piauí e na Paraíba, e até a 59% no Acre, contra apenas 14,5% em São Paulo. Não se deve esquecer que as administrações públicas estão no 1º grupo de atividades, sendo a 4ª atividade melhor classificada em termos de IQEF.

Assim, pode-se identificar uma relação direta entre os níveis dos percentuais dos empregos nas UFs alocados no 1º grupo de atividades e dos percentuais alocados nas administrações públicas. Veja-se, por exemplo, que estas taxas são de respectivamente 64,8% e de 49,18% no Piauí, e de 32,3% e 14,5% em São Paulo. **Estes números parecem sugerir, de**

Tabela 5

Os 4 grupos de UFs e as grandes regiões: Distribuição do emprego por grupos de atividade e participação do emprego nas Administrações públicas.

UFs / Grandes Regiões	Empregos segundo os grupos de atividades (%) (1)					Percentual do empre- go nas Administrações Públicas por UF/GR (%)
	1º grupo	2º grupo	3º grupo	4º grupo	Total	
<b>Por UF</b>						
<b>1º grupo</b>	<b>58,1</b>	<b>21,3</b>	<b>9,6</b>	<b>11,0</b>	<b>100,0</b>	<b>45,7</b>
DF	56,2	23,5	8,9	11,4	100,0	40,8
MA	54,1	24,4	9,7	11,8	100,0	40,9
PI	64,8	17,6	7,5	10,1	100,0	49,2
RR	63,5	15,9	6,0	14,6	100,0	54,9
RN	55,8	22,2	12,0	10,0	100,0	44,4
AM	54,4	24,9	12,6	8,2	100,0	36,3
AP	58,2	20,5	10,7	10,7	100,0	53,2
<b>2º grupo</b>	<b>51,9</b>	<b>24,3</b>	<b>13,1</b>	<b>10,7</b>	<b>100,0</b>	<b>39,3</b>
AC	70,0	18,4	6,1	5,5	100,0	59,4
PB	61,0	18,4	9,8	10,8	100,0	49,2
RO	49,1	32,7	8,5	9,7	100,0	40,2
AL	51,0	21,0	20,7	7,4	100,0	37,4
CE	46,5	25,2	12,7	15,6	100,0	32,8
PE	36,3	29,8	20,5	13,4	100,0	20,6
SE	49,4	24,6	13,6	12,3	100,0	35,7
<b>3º grupo</b>	<b>35,3</b>	<b>32,0</b>	<b>16,8</b>	<b>15,9</b>	<b>100,0</b>	<b>20,9</b>
RJ	36,3	32,9	18,0	12,8	100,0	18,9
PA	44,6	27,0	13,2	15,2	100,0	33,8
BA	45,2	26,8	15,6	12,4	100,0	29,7
SC	27,6	32,4	17,7	22,3	100,0	16,2
SP	32,3	33,4	19,2	15,2	100,0	14,5
RS	19,3	44,0	17,9	18,8	100,0	4,5
GO	41,8	27,6	16,0	14,6	100,0	28,9
<b>4º grupo</b>	<b>29,6</b>	<b>40,0</b>	<b>15,0</b>	<b>15,5</b>	<b>100,0</b>	<b>17,3</b>
ES	35,9	31,1	16,8	16,2	100,0	22,7
MS	41,0	26,0	14,7	18,2	100,0	28,7
TO	15,0	73,0	5,2	6,9	100,0	8,4
PR	32,8	31,4	18,8	17,0	100,0	17,3
MG	32,7	32,3	18,4	16,6	100,0	18,7
MT	20,1	45,9	16,0	18,0	100,0	8,0
<b>Por Grande Região</b>						
NORDESTE	47,6	25,1	15,0	12,3	100,0	33,3
NORTE	48,0	29,3	11,3	11,5	100,0	36,2
SUL	25,7	37,2	18,1	18,9	100,0	11,4
SUDESTE	33,3	33,0	18,7	14,9	100,0	16,4
CENTRO-OESTE	44,5	28,1	13,0	14,3	100,0	30,9
Total	35,5	32,0	17,4	15,1	100,0	19,9

Fonte: RAIS 93

Nota: Considerado o emprego em todas as atividades, salvo as ignoradas.

(1) Sobre a composição dos grupos de atividades, ver tabela 2.

**certa forma, que a qualidade do emprego formal nestes estados do Nordeste e do Norte é fortemente dependente do poder público, não estando, portanto, atrelado ao dinamismo econômico próprio da região.**

Vale lembrar que além das administrações públicas, também a área de ensino, os serviços médicos e os serviços sociais, segmentos com forte presença do setor público, encontram-se classificadas entre as atividades do 1º grupo. Tomando-se o percentual dos estatutários no emprego total em cada atividade como *proxy* deste peso do setor público, veja-se que esta taxa é de 3,5% nos serviços médicos, chegando a 10% no ensino e a 13,8% nos serviços sociais. Não se pode esquecer ainda que as instituições financeiras, atividade com o melhor IQEF, também apresenta forte presença do governo como agente empregador, através do Banco do Brasil e dos bancos estaduais.

### **3.3 - A qualidade do emprego nas administrações públicas**

Por administração pública entenda-se as atividades administrativas de governo nas esferas do poder legislativo, judiciário e executivo (aí compreendidos os níveis federal, estadual, municipal e autárquico), sem falar no poder militar (exército, marinha e aeronáutica), na polícia (militar e civil), corpo de bombeiros e demais organizações governamentais de segurança. Dentre as demais, é uma atividade que se sobressai pelo seu elevado grau de instrução (72,2% dos seus empregos têm pelo menos o 1º grau completo contra apenas 55,3% na média do país), remuneração relativamente baixa dado o seu grau de instrução (4,5 salários-mínimos), pequena rotatividade de sua mão-de-obra (apenas 16% dos seus empregos têm menos de 2 anos no mesmo estabelecimento enquanto a média do país chega a 39,4%) e por uma distribuição de renda relativamente desigual (o quintil mais bem remunerado detém 11,2 vezes mais do que o quintil mais mal remunerado).

Nosso interesse em analisarmos em separado as administrações públicas deve-se ao seu grande peso no cômputo do emprego formal do país (onde, como vimos, chega a absorver cerca de 1/5 do total do emprego com carteira no país, nível semelhante ao de toda a indústria de transformação), e sobretudo em alguns estados (no Acre, Roraima e Amapá, mais da metade dos empregos formais estão neste setor). A nossa indagação principal será verificarmos se existem (e



quais são) as variações significativas na qualidade do emprego das administrações públicas, em função da UF onde a atividade é exercida.

Um resultado surpreendente ( ver tabela 6) é a constatação de que Roraima detém a *pole position* no que se refere a qualidade do emprego nas administrações públicas (IQEF=0,684), superando, inclusive, o Distrito Federal (IQEF=0,681) que é onde se concentra a elite do poder público no país. Em último lugar está o Mato Grosso (IQEF=0,526). Uma possível explicação para este desempenho favorável de Roraima é a necessidade de boas condições de trabalho para atrair e fixar o funcionário público naquele estado distante.

A dispersão na qualidade do emprego nas administrações públicas a nível das UFs é de 6,8%, sendo maior, portanto, que a dispersão na qualidade do emprego entre os estados (6,1%), quando se consideram todas as atividades. **Isto significa admitir que no seio de uma única atividade, há flutuações mais significativas na qualidade do emprego de um estado para outro do que quando estão todas as atividades envolvidas. Esta constatação é verdadeira não apenas para o caso das administrações públicas, como também para as instituições financeiras e a construção civil, como analisaremos logo adiante.** Senão, vejamos alguns destes resultados dispare entre as UFs para este setor.

O percentual dos empregos nas administrações públicas com pelo menos o 1º grau completo varia de 46,3% em Tocantins a 88,3% no Distrito Federal. A remuneração média no Distrito Federal é de 9,7 salários-mínimos, de 4,5 salários-mínimos em São Paulo e de apenas 1,6 salários-mínimos em Tocantins.

Se no Distrito Federal, a média salarial é alta e o grau de instrução é elevado, seu desempenho em termos de distribuição de renda (9,8 vezes) e rotatividade do emprego (20,1% dos empregos com menos de 2 anos de tempo de serviço) não é dos melhores em se falando das administrações públicas. No caso da distribuição da renda desigual, isto se explica por lá conviverem a elite dos poderes legislativo / executivo / judiciário ao lado do pessoal do apoio administrativo; no que se refere à rotatividade elevada, isto se deve em grande parte pela concentração lá de cargos de confiança nos postos-chave, o que por si só engendra um movimento maior de troca dos seus ocupantes.

No caso do Maranhão e Piauí, onde a média salarial é muito baixa (em torno de 2,5 salários-mínimos), pode-se dizer que a vantagem comparativa destes estados é o bom

Tabela 6

As administrações públicas: estimativa do Índice de Qualidade do Emprego Formal por UF

Regiões / UFs:		Indicadores (*):				IQEF (**)
		Empregos com pelo menos o 1º grau completo (%)	Remuneração média (s.m.)	Razão 20%+ / 20%- (vezes)	% dos empregos com menos de 2 anos no mes- mo estabelecimento	
NORTE						
	RO	69,9	3,8	7,3	13,8	0,621
	AC	68,3	3,2	7,6	18,6	0,596
	AM	79,5	2,9	5,9	26,8	0,616
	RR	73,3	6,5	5,3	1,3 (1)	0,684
	PA	70,9	3,9	10,8	28,2	0,557
	AP	77,9	4,8	9,7	9,3	0,641
	TO	46,3	1,6	3,9	25,2	0,543
	Total	72,9	3,6	9,4	22,9	0,585
NORDESTE						
	MA	76,7	2,8	7,3	5,3	0,651
	PI	68,3	2,5	6,8	4,8 (1)	0,633
	CE	66,4	3,4	11,9	7,6	0,586
	RN	69,0	2,8	7,5	7,4	0,626
	PB	64,2	3,3	11,7	5,2	0,587
	PE	63,3	4,1	13,8	12,4	0,555
	AL	63,7	3,0	10,6	7,0	0,588
	SE	63,0	3,3	9,4	7,1	0,599
	BA	62,9	3,5	9,7	12,6	0,584
	Total	65,7	3,3	9,4	8,6	0,603
SUDESTE						
	MG	63,4	4,1	8,1	17,2	0,592
	ES	52,9	3,6	7,4	17,8	0,566
	RJ	77,2	5,3	8,8	8,6	0,653
	SP	79,7	4,5	7,5	21,2	0,631
	Total	74,8	4,6	8,0	17,2	0,625
SUL						
	PR	69,2	3,9	7,6	26,7	0,584
	SC	75,4	5,2	8,4	20,4	0,621
	RS	75,5	7,5	7,9	10,7	0,670
	Total	72,3	4,9	8,8	22,0	0,603
CENTRO-OESTE						
	MT	58,1	4,2	11,0	28,0	0,526
	MS	73,8	4,1	8,3	18,8	0,612
	GO	55,2	3,4	8,6	15,7	0,565
	DF	88,3	9,7	9,8	20,1	0,681
	Total	75,7	6,9	14,4	18,9	0,588
BRASIL (*)		72,2	4,5	11,2	16,0	0,593

Fonte: MTb/RAIS 93

(\*) Exclui o grupo dos ignorados nas variáveis consideradas.

(\*\*) IQEFs das UFs para Adm. Pública: Média=0,606; Desvio-padrão: 0,041; Coeficiente de variação: 6,84%

(1) A rotatividade inferior a 5% dos empregos com menos de 2 anos no mesmo serviço torna-se fator negativo, já que demonstra uma exagerada rigidez na circulação de mão-de-obra do setor, podendo estar, inclusive prejudicando a reposição de mão-de obra do setor.

desempenho em termos de distribuição dos rendimentos e de rotatividade do emprego, o que lhes garantiu níveis de IQEF relativamente elevados (respectivamente de 0,651 e 0,633).

É interessante notar que no cômputo do emprego formal nas administrações públicas no país, São Paulo é o que detém a maior participação (24,3%) seguido do Rio de Janeiro (11,2%). O Distrito Federal (5,4%) vem em 5º lugar, atrás também de Minas Gerais e Bahia. À exceção do Distrito Federal, provavelmente nestes quatro outros estados, o agente público empregador por excelência são as numerosas prefeituras.

Esta dispersão na qualidade do emprego das administrações públicas a nível das UFs não é suficiente, no entanto, para eliminá-la enquanto atividade do 1º grupo. Assim, veja-se que o IQEF de 0,526 das administrações públicas no Mato Grosso (pior estado classificado no que se refere às administrações públicas) chega a equivaler ao IQEF obtido pela indústria mecânica (2ª melhor classificada do 2º grupo de atividades). Por outro lado, o IQEF de 0,684 das administrações públicas em Roraima (melhor estado no *ranking* das administrações públicas) encontra-se em posição intermediária ao IQEF obtido pelos serviços de comunicação e os serviços industriais de utilidade pública, respectivamente 2ª e 3ª atividades do 1º grupo de atividades. Ou seja, **a qualidade do emprego nas administrações públicas segue sendo relativamente boa nas UFs, apesar de alguns resultados díspares aqui detectados entre os estados. Assim, isto explica porque o peso das administrações públicas no emprego total de cada UF é, por si só, um fator importante a contribuir para o up-grade na qualificação do emprego da UF.**

### **3.4 - A qualidade do emprego nas instituições financeiras**

O interesse particular aqui pelas instituições financeiras é por serem uma atividade moderna e detentora da melhor qualidade de emprego, haja visto o seu elevado nível de instrução (94,8% dos seus empregos apresentam o 1º grau completo) e de remuneração média (de 14,9 salários-mínimos), ao lado de uma relativamente baixa “razão ricos/pobres” (a participação dos 20% mais bem remunerados na renda total do setor é 9 vezes maior do que a dos 20% menos bem remunerados) e baixa rotatividade de sua mão-de-obra (apenas 14,3% dos seus postos de trabalho têm menos de 2 anos no mesmo serviço). Novamente, procuraremos ver se a qualidade

do emprego nas instituições financeiras segue sendo elevada independente do estado onde ela seja exercida.

Os resultados estão apresentados na tabela 7. No que se refere ao grau de instrução e a distribuição dos rendimentos, podemos detectar uma homogeneidade considerável, fora alguns poucos casos destoantes. Quanto aos dois outros indicadores, a variabilidade é bem maior. Veja-se, por exemplo, que a remuneração média é de apenas 13,6 salários-mínimos em São Paulo, pulando para 20 s.m. no Piauí e 22,1 s.m. no Distrito Federal. Por sua vez, a taxa de rotatividade, que é de 7,4% em Sergipe, chega a alcançar 17,3% em São Paulo e 33% em Roraima (há que se alertar que este número excessivamente alto em Roraima pode estar associado à criação de novas agências nos dois anos anteriores, o que pode ter influenciado neste resultado - o que, apontaria, de certa forma, para uma fragilidade do método aqui utilizado para estimativa da rotatividade. No entanto, vale notar que também não é das melhores a performance em Roraima dos demais indicadores para as instituições financeiras).

Quando se ordenam os estados segundo seus respectivos IQEFs para as instituições financeiras, chega-se ao surpreendente resultado de que é o **Piauí que encabeça o ranking (IQEF=0,823), sendo que São Paulo (IQEF=0,752) foi rebaixado para o 4º grupo dos estados, onde estão alocados aquelas UFs com a pior performance no que se refere à qualidade do emprego nas instituições financeiras.** Veja-se que a superioridade do Piauí vis-à-vis a São Paulo deve-se sobretudo ao seu desempenho nos indicadores de remuneração média e de rotatividade do emprego. Como entender este resultado, aparentemente outro contra-senso?

Ao se examinar a listagem fornecida pelo MTb dos estabelecimentos pertencendo às instituições financeiras e que responderam à RAIS 93, constatamos que o emprego nas instituições financeiras do Piauí encontra-se bastante concentrado, justamente naquelas unidades que remuneram melhor e que oferecem maior estabilidade de emprego. Basta ver que dentre as 51 instituições (num total de 3,5 mil empregos) listadas naquele estado, apenas duas absorvem 66,2% dos empregos no setor, e com uma remuneração média relativamente elevada: coincidentemente ambas do setor público, uma tem remuneração média de 21 salários-mínimos e a outra de 30.

A situação é bastante distinta em São Paulo: lá, as instituições estão muito dispersas num total que chega a mais de 3.400 unidades (num total de 294,7 mil empregos), e o universo é muito heterogêneo, compreendendo desde grandes bancos multinacionais e estatais até pequenas

Tabcla 7

Instituições financeiras : Estimativa do Índice de Qualidade do Emprego Formal - IQEF por Unidades da Federação (UFs)

		INDICADORES (*):				
Unidades da federação		Percentual (%) dos empregos com pelo menos 1º gr.compl.	Remuneração média (s.m.)	Razão 20%+ / 20%- (vezes)	% dos empregos com menos de 2 anos no mes- mo estabelecimento	IQEF (**)
NORTE						
	RO	96,7	9,6	27,3	8,5	0,580
	AC	90,4	14,1	6,2	8,2	0,785
	AM	95,7	14,0	7,6	13,6	0,771
	RR	93,8	10,8	13,3	33,1	0,638
	PA	95,0	15,0	9,5	15,4	0,757
	AP	94,5	16,9	10,1	22,0	0,750
	TO	90,7	17,7	9,9	16,8	0,763
	Total	94,7	14,1	11,6	14,3	0,734
NORDESTE						
	MA	93,8	16,7	9,4	9,9	0,785
	PI	93,2	20,2	8,7	8,4	0,823
	CE	96,2	18,9	9,0	8,3	0,817
	RN	94,1	18,5	10,6	10,2	0,789
	PB	94,5	19,9	9,3	9,4	0,816
	PE	95,4	16,4	8,3	10,3	0,794
	AL	95,4	17,7	7,8	8,6	0,814
	SE	95,1	16,5	8,1	7,4	0,804
	BA	93,9	16,0	8,6	12,9	0,777
	Total	94,7	17,2	8,8	10,5	0,795
SUDESTE						
	MG	94,2	14,8	9,0	17,1	0,753
	ES	95,1	15,6	7,3	7,7	0,802
	RJ	94,7	14,8	9,1	14,3	0,762
	SP	95,3	13,6	8,2	17,3	0,752
	Total	95,0	14,1	8,5	16,3	0,756
SUL						
	PR	94,9	15,1	8,1	10,5	0,784
	SC	95,4	13,0	17,7	9,4	0,686
	RS	94,4	15,1	8,1	9,8	0,784
	Total	94,8	14,8	9,6	10,0	0,768
CENTRO-OESTE						
	MT	94,0	15,2	8,2	18,5	0,760
	MS	95,2	14,8	9,3	16,3	0,756
	GO	94,6	15,9	8,4	11,0	0,786
	DF	93,2	22,1	10,1	16,2	0,807
	Total	94,1	18,1	9,7	14,8	0,781
BRASIL		94,8	14,9	9,0	14,3	0,764

Fonte: RAIS 93

(\*) Exclui o grupo dos ignorados das variáveis consideradas.

(\*\*) IQEFs das UFs para Inst. Financeiras: Média=0,767; Desvio-padrão=0,050; Coeficiente de variação=6,56%.

seguradoras, corretoras e administradoras de bens. Fazendo a comparação com o Piauí, veja-se que as duas maiores instituições empregadoras do setor são responsáveis por apenas 22,6% do emprego no estado: uma privada com rendimento médio de 10 salários-mínimos, e a outra pública com uma média salarial em torno de 20 salários-mínimos.

Mesmo com as discrepâncias apontadas entre algumas UFs, no cômputo geral **podemos dizer que as instituições financeiras seguem sendo uma atividade do 1º grupo independente do estado onde ela estiver sendo exercida**. Basta ver, por exemplo, que o IQEF estimado para as instituições financeiras em Rondônia, de longe o pior resultado no *ranking*, consegue atingir o patamar do IQEF apurado para a indústria de material de transporte, classificada entre as melhores no 1º grupo de atividades. Cabe ainda observar que o coeficiente de variação entre os IQEFs das instituições financeiras a nível dos estados é de 6,6%, sendo, portanto, a menor dispersão obtida no caso das três atividades aqui analisadas.

### **3.5 - A qualidade do emprego na construção civil**

A construção civil é a segunda atividade pior classificada em termos de qualidade do emprego, só conseguindo ser melhor que a atividade de pesca e aquicultura. Em termos de nível de escolaridade (apenas ¼ dos seus empregos formais conseguem completar o 1º grau completo), de remuneração (média de 3,7 salários-mínimos) e de taxa de rotatividade (70% dos seus quadros têm menos de 2 anos de trabalho no mesmo estabelecimento), seus indicadores deixam muito a desejar. E isto sem falar que estes números dizem respeito à “nata” dos trabalhadores neste setor: não se pode esquecer que este é um dos setores com uma das mais altas taxas de informalidade do emprego, já que segundo a PNAD / IBGE, praticamente metade do total dos seus empregados não têm carteira de trabalho assinada e nem sequer as garantias da legislação trabalhista.

Apenas o indicador de distribuição de renda apresenta resultado relativamente satisfatório na construção civil quando comparado às demais atividades (os 20% mais bem remunerados auferem salários 6,9 vezes maiores do que os 20% piores remunerados; lembra-se que este número chega a 12,1 vezes para o país). A grosso modo, podemos dizer que os salários neste setor são baixos, porém relativamente bem distribuídos.

A seguir, procuraremos também identificar se existe dispersão na qualidade do emprego na construção civil em função da região onde esta atividade é exercida. A partir dos resultados apresentados na tabela 8, vemos que o coeficiente de variação entre os IQEFs apurados nas UF's para este setor é de 7,5%, ligeiramente superior, portanto, aos coeficientes de variação dos IQEFs a nível dos estados em se tratando do emprego total (6,1%), nas administrações públicas (6,8%) e nas instituições financeiras (6,6%). Porém, fica bem aquém (menos da metade) do coeficiente de variação calculado para os IQEFs a nível das atividades (17,4%).

Mesmo com esta dispersão de 7,5% entre os IQEFs dos estados, **a construção civil segue sendo uma atividade de baixa qualidade do seu emprego, independente da UF onde ela é exercida.** Tanto é assim que o IQEF da construção civil varia de um valor máximo de 0,412 apurado no Amazonas a um valor mínimo de 0,312 no Tocantins - ou seja, fazendo um paralelo com os IQEFs a nível das atividades (voltar à tabela 2), este intervalo de variação dos índices corresponde justamente aos IQEFs apurados para as seis atividades piores classificadas no 4º grupo de atividades, isto é aquelas com desempenho inferior à indústria não metalúrgica (IQEF=0,418).

Novamente, é motivo de surpresa a constatação de que **a construção civil no Amazonas detém melhor qualidade dos seus postos formais de trabalho do que em Minas Gerais, só para citar um exemplo de um estado reconhecidamente dinâmico nesta área e que apresenta um dos piores IQEFs na construção.** Da tabela 8, vemos que esta superioridade é mais acentuada principalmente no que se refere à grau de instrução (apenas 22,2% dos empregos em MG têm o 1º grau completo contra taxa de 31,6% no AM) e distribuição dos rendimentos (a razão entre os quintis de salários é de 4,6 vezes no AM, saltando para 9,3 vezes em MG) - interessante lembrar que no caso das instituições financeiras, a superioridade do IQEF no Piauí em relação ao de São Paulo devia-se sobretudo aos dois outros indicadores que compõem o índice (de rendimento médio e de rotatividade da mão-de-obra).

Ao se examinar a listagem fornecida pelo MTb dos estabelecimentos da construção civil respondentes à RAIS 93, vemos que o emprego neste setor está também mais concentrado no Amazonas do que em Minas Gerais. Basta ver que os dois maiores estabelecimentos empregadores do Amazonas (ambos públicos) detêm 21% do emprego no setor. Já em Minas Gerais, os dois estabelecimentos maiores empregadores (ambos privados) respondem por apenas 5% dos empregos.



Tabela 8

**Construção Civil : Estimativa do Índice de Qualidade do Emprego Formal - IQEF por Unidades da Federação (UFs)**

		INDICADORES (*):				IQEF (**)
Unidades da federação		Percentual (%) dos empregos com pelo menos 1º gr.compl.	Remuneração média (s.m.)	Razão 20%+ / 20%- (vezes)	% dos empregos com menos de 2 anos no mes- mo estabelecimento	
NORTE						
	RO	35,2	2,6	6,1	78,0	0,366
	AC	22,0	2,5	6,3	63,6	0,368
	AM	31,6	3,6	4,6	64,9	0,412
	RR	27,9	3,8	6,6	88,1	0,327
	PA	31,7	3,4	5,2	66,2	0,402
	AP	30,7	3,5	5,9	73,8	0,376
	TO	21,4	3,4	6,6	86,2	0,312
	Total	30,4	3,4	5,7	70,4	0,384
NORDESTE						
	MA	39,0	2,6	5,3	69,5	0,405
	PI	24,6	2,1	4,8	56,8	0,402
	CE	26,0	2,3	4,3	74,3	0,365
	RN	22,0	2,6	5,2	78,6	0,339
	PB	19,0	2,1	3,8	72,4	0,356
	PE	22,8	2,7	4,9	67,2	0,375
	AL	20,0	2,7	5,1	54,6	0,399
	SE	19,8	4,0	9,1	67,6	0,341
	BA	29,1	4,0	9,0	72,1	0,353
	Total	25,6	3,0	7,0	69,8	0,359
SUDESTE						
	MG	22,2	3,6	9,3	73,4	0,326
	ES	23,4	2,7	4,6	74,8	0,358
	RJ	27,6	3,9	6,1	69,2	0,381
	SP	24,0	4,5	5,9	68,8	0,379
	Total	24,3	4,1	6,7	70,1	0,367
SUL						
	PR	23,9	3,4	4,6	69,9	0,378
	SC	33,0	2,8	5,4	76,3	0,372
	RS	24,4	2,8	4,9	72,8	0,365
	Total	25,9	3,0	4,9	72,1	0,372
CENTRO-OESTE						
	MT	21,8	3,0	6,4	75,8	0,339
	MS	20,0	2,8	5,4	82,6	0,323
	GO	23,7	3,6	5,7	57,2	0,404
	DF	24,4	4,2	5,9	72,2	0,369
	Total	23,1	3,6	6,1	68,6	0,369
IGNORADO						
	IGNORAC	20,4	1,5	2,5	72,4	0,365
Total		24,8	3,7	6,9	70,2	0,363

Fonte: RAIS 93

(\*) - Exclui o grupo dos ignorados das variáveis consideradas.

(\*\*) IQEFs das UFs para Const.Civil - Média: 0,366; Desvio-padrão: 0,027; Coeficiente de variação: 7,54%.

Mas não é apenas esta maior concentração do emprego no Amazonas que explica os melhores indicadores aí de nível de escolaridade e de distribuição de rendimentos. No caso da construção civil, grandes estabelecimentos empregadores não são garantia de qualidade do emprego - só para exemplificar, veja-se que a remuneração média é de apenas 3,1 salários-mínimos no segundo estabelecimento maior empregador daquele estado.

Com base na listagem do MTb, levantamos aqui a hipótese de que é o perfil bastante diferenciado das construtoras em Minas Gerais o principal responsável pelo resultado perverso do indicador de distribuição de renda - ou seja grandes empresas que pagam muito bons salários (cujo rendimento médio está acima de 7 salários-mínimos) convivendo com outras tantas pequenas empresas que remuneram muito mal (cujo rendimento médio gira em torno de 2 salários-mínimos ou menos). Quanto à escolaridade tão mais elevada no Amazonas, uma possível explicação pode ser o caráter bem mais "elitista" do emprego formal na construção civil nesse estado do que em Minas: basta lembrar que, segundo a PNAD /93 do IBGE, dentre o total dos empregados na construção<sup>7</sup> no Amazonas, apenas 36,5% são empregados com carteira assinada contra um percentual bem maior em Minas, de 48,8%.

#### 4. CONCLUSÃO

O universo do emprego formal no Brasil, captado pelas estatísticas da RAIS do MTb e avaliado segundo o Índice de Qualidade do Emprego Formal - IQEF aqui proposto, revela resultados surpreendentes, a saber:

1º) Diferentemente do mapa do desenvolvimento social e do mapa do mercado de trabalho no Brasil, onde são nítidas a superioridade do Sudeste e do Sul, tal não ocorre quando se trata do emprego formal. Existe um equilíbrio muito grande entre as grandes regiões do país, sendo que os estados do Nordeste e do Norte chegam a apresentar melhor qualidade dos seus postos formais de trabalho do que os do Sudeste e do Sul. Basta ver que no *ranking* das UFs segundo os respectivos IQEFs, Maranhão e Piauí aparecem respectivamente em segundo e terceiro lugar, enquanto São Paulo vem em 19º.

---

<sup>7</sup>excluídos os militares e funcionários públicos estatutários que devem ter um peso mínimo nesta categoria

2º) As atividades também foram classificadas segundo a qualidade dos seus empregos formais. Aqui, os resultados condizem, de certa forma, com o que éramos capazes de prever “intuitivamente”: no 1º grupo de atividades, tido como o de melhor qualidade do emprego, estão alocadas as instituições financeiras, a administração pública e a indústria de material de transporte, só para citar algumas; no 4º e pior grupo, vêm a indústria de vestuário e calçados, serviços pessoais e a construção civil.

3º) De modo geral, existe correlação direta entre a qualidade dos empregos nas UFs e o percentual dos seus empregos alocados naquele 1º grupo de atividades, ou seja, as UFs com melhor qualidade do emprego tendem a ser aquelas com maior concentração dos seus empregos nas atividades do 1º grupo, e vice-versa. E uma forte razão para isto deve-se justamente ao peso do emprego nas administrações públicas (atividade do 1º grupo) no emprego total dos estados, que tende a ser muito grande naqueles do Norte e do Nordeste. Basta ver que esta participação chega a 49,2% no Piauí contra apenas 14,5% em São Paulo.

4º) Estes resultados quanto à qualidade do emprego formal a nível das UFs devem ser devidamente relativizados na medida em que dizem respeito a taxas bastante diferenciadas de representatividade do emprego formal no cômputo da ocupação total de cada estado. Vimos que esta representatividade do emprego formal é bem menor naqueles estados do Norte e do Nordeste - só para exemplificar, diga-se que ela é de apenas 16,3% no Piauí, saltando para 52,1% em São Paulo. Quer isto significar que nestes estados do Norte e do Nordeste, poucos conseguem ascender à condição de formais e, os que o fazem, representam de certa forma uma elite de trabalhadores, em termos de nível de escolaridade, de salários e de estabilidade no emprego.

5º) A qualidade do emprego de uma dada atividade não se altera em função do estado onde ela seja exercida. Assim, por exemplo, uma atividade considerada de elevada (baixa) qualidade dos seus postos formais de trabalho, segue sendo de elevada (baixa) qualidade de emprego independente de sua localização. Constatamos isto para o caso das instituições financeiras, administração pública e construção civil, apesar de existirem algumas disparidades de resultados entre as UFs, conforme destacamos ao longo do texto.

6º) A dispersão na qualidade do emprego é bem maior entre as atividades do que entre as UFs. Assim, o coeficiente de variação estimado para os IQEFs das atividades no país foi de 17,4%, ou seja, mais do dobro do coeficiente de variação dos IQEFs a nível dos estados em se tratando do

emprego total (6,1%), nas instituições financeiras (6,6%), na administração pública (6,8%) e na construção civil (7,5%). Quer isto sugerir que o que determina a qualidade do emprego é muito mais a atividade do que propriamente a sua localização.

## **RELAÇÃO DOS TEXTOS PARA DISCUSSÃO DA FGV/IBRE/CEEG**

- 1) **Federalismo Fiscal e Reforma Tributária** - Lia Alt Pereira e Carlos Roberto Lavalle da Silva - Dezembro/93
- 2) **Reverendo a Atuação do Estado Enquanto Empresário no Brasil** - Fernando Galvão de Almeida - Dezembro/93.
- 3) **Infraestrutura, Produtividade e Crescimento: Uma Resenha** - Pedro Cavalcanti Ferreira - Janeiro/94
- 4) **O IDS e o Desenvolvimento Social nas Grandes Regiões e nos Estados Brasileiros** - Maria Cecília Prates Rodrigues - Fevereiro/94
- 5) **Comércio Exterior e Meio Ambiente no Contexto das Relações Norte-Sul - Notas Preliminares** - Lia Valls Pereira - Março/94.
- 6) **Finanças Governamentais: Caminho Tortuoso, Futuro Duvidoso - 1980-1992** - Mario Christovão Bruno Pessoa e Paulo Cesar da Fonseca Malheiro - Maio/94.
- 7) **Brasil: Evolução na Qualificação do Emprego Formal Urbano nos Anos 90** - Maria Cecília Prates Rodrigues - junho/95.
- 8) **Considerações sobre o Estado Empresário, Lei de Concessões e Reformas Constitucionais no Brasil** - Fernando Galvão de Almeida e Salomão Quadros - maio/1996.
- 9) **Emprego no Brasil: Transformações e Políticas Públicas** - Maria Cecília Prates Rodrigues - junho/96
- 10) **Radiografia do Emprego Formal do Brasil, a partir das RAIS** - Maria Cecília Prates Rodrigues - Abril de 1997



N.Cham. P/IBRE CEEG TD 10

Autor: Rodrigues, Maria Cecilia Prates

Título: Radiografia do emprego formal do Brasil, a partir



80926

46663

Nº Pat.: 179/97